



**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO**

Preferimos Representantes Branco? A Discriminação nas Eleições Brasileiras

Tássia de Souza Cruz
Matrícula: 0411751-1

Professor Orientador: Claudio Ferraz

17/11/2008



**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO**

Preferimos Representantes Branco? A Discriminação nas Eleições Brasileiras

Professor Orientador: Claudio Ferraz

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2008.

Tássia de Souza Cruz

Matrícula: 0411751-1

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço pela realização deste trabalho ao meu professor orientador Claudio Ferraz que, por ter sido tão fortemente presente, tanto na escolha do tema como realização do todo, considero este um trabalho conjunto. Agradeço também pela sempre disponibilidade e amizade.

Agradeço aos meus amigos de economia, pelas críticas, sugestões e ajuda.

Agradeço enfim aos meus pais e irmãos, que me proporcionaram este curso de economia.

Sumário

1. Introdução	7
2. Motivação	10
3. Literatura	13
4. Base de Dados.....	16
5. Metodologia e Resultados.....	19
6. Conclusão.....	29
7. Referências Bibliográficas	32

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1.....	34
Tabela 2.....	35
Tabela 3.....	36
Tabela 4.....	37
Tabela 5.....	38
Tabela 6.....	39
Tabela 7.....	40
Tabela 8.....	41

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1.....	42
Figura 2.....	43

1. Introdução

A sociedade brasileira, caracterizada por sua enorme diversidade cultural, é considerada por muitos como um exemplo de não-discriminação contra a população negra. A discriminação existente no Brasil, argumenta-se, é social e não racial. Contudo, poucos estudos científicos existem nesse sentido de verificar como a sociedade brasileira se comporta em situações em que importantes escolhas devem ser feitas. O típico cidadão brasileiro tende a discriminar o indivíduo negro quando exposto a escolher entre este último e outro, com características semelhantes, porém não-negro?

Importantes estudos foram feitos com o objetivo de diferenciar a discriminação consciente, chamada *discriminação explícita*, na qual por motivos pessoais ou por informações de características generalizadas de determinados grupos os indivíduos intencionalmente discriminam, da discriminação inconsciente ou não-intencional, chamada *discriminação implícita*¹. Resultados de experimentos feitos com o objetivo de captar tal discriminação implícita nos indivíduos sugerem que a discriminação não-intencional não está necessariamente correlacionada com a discriminação explícita e, ainda mais importante, que ela pode ser manipulada por características do ambiente de decisão.

A condenação a atitudes racistas são responsáveis por uma diminuição nas formas explícitas de discriminação ao aumentar os custos legais e sociais de se discriminar. Porém, tal condenação pode ser responsável também por aumentos em outros tipos de discriminação, ou seja, os indivíduos podem estar adaptando a discriminação à lei, ocultando-a em formas mais aceitáveis pela sociedade. Um possível exemplo dessa mudança na maneira de se discriminar é o conhecido preconceito social encontrado no Brasil. Preconceitos puramente raciais podem estar sendo ocultados pelo argumento da desigualdade de renda, mudando-se assim o foco do problema.

Tal mudança de foco se torna evidente ao observarmos a inexistência de uma análise científica quantitativa de discriminação em eleições no Brasil. Não se sabe se os

¹ Ver Bertrand, Chugh and Mullainathan (2005)

negros no Brasil não são representados politicamente porque negros se candidatam menos ou porque eles não são eleitos.

Em muitos países observa-se a formação de grupos raciais dentro dos quais existe uma exaltação da raça e uma maior reivindicação por direitos igualitários e sociais. Na Austrália, por exemplo, Andrew Leigh e Tirta Susilo (2008) encontram que em locais onde o eleitorado possui uma maior quantidade de indígenas, os candidatos com pele mais escura são beneficiados nas urnas, e o contrário ocorre nos locais onde a população é predominantemente branca.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende identificar a presença² de discriminação nas eleições brasileiras. E também se, assim como em outros países, ocorre uma identificação de grupo racial que se reflita nos resultados das eleições no Brasil.

Segundo o Censo de 2000 (IBGE)³, 6,21% da população brasileira é negra, e quando se inclui a população parda a essa classificação, a população negra sobe para 44% do total. Somente no estado da Bahia, a proporção da população negra é de 13%, e sobe para 73% ao incluir a população parda. Levando-se em consideração tal proporção da população negra do estado baiano, a análise se restringirá às eleições ocorridas no ano de 2004 para prefeito e vereador no estado da Bahia.

Na amostra de municípios utilizada para este trabalho, apenas 10,48% dos vereadores, e 8,47% dos prefeitos, eleitos em 2004 são negros. Com o objetivo de verificar a existência de racismo nas eleições, verificar-se-á se negros se candidatam menos que indivíduos de outras raças, ou se são os eleitores que votam menos em candidatos negros. E, portanto, os negros são menos eleitos.

A partir daí será analisada a discriminação no nível individual do candidato. Ou seja, candidatos negros, igualmente qualificados, são discriminados nas urnas? Para isso, serão rodadas regressões em que todas as demais características dos candidatos que podem influenciar na decisão dos eleitores serão controladas para então observar a influência que a raça do candidato possui sobre a decisão do eleitor.

² Ou ausência

³ <http://www.ibge.gov.br/>

Além disso, procura-se identificar alguma preferência de eleitores negros por representantes negros. E, portanto, se em locais com uma maior população negra candidatos desta raça são mais favorecidos que os demais. Ou pelo menos, menos prejudicados.

O presente trabalho encontra-se dividido da seguinte maneira: na Seção 2 será apresentada a motivação do trabalho, Seção 3 discutirá a literatura relevante no assunto, Seção 4 analisará a base de dados, Seção 5 mostrará as estimações feitas e os resultados obtidos e a Seção 6 conclui o trabalho.

2. Motivação

Sendo o Brasil um país que viveu mais de 300 anos de escravidão, a questão racial deve ser um assunto intensamente estudado e analisado para que não se oculte um grave problema de discriminação na sociedade brasileira atrás de outros problemas de diferentes resoluções, e não se mantenha, com isso, uma situação de desigualdade histórica quanto a negros e afro-descendentes.

Diante do crescimento de propostas de ações afirmativas do governo para sanar desigualdades raciais, como o estabelecimento de cotas em universidades, é necessário um conhecimento completo da situação racial no Brasil para que políticas corretas sejam estabelecidas.

Utilizando-se uma amostra de 64 municípios do Estado da Bahia, observa-se que a média da proporção de negros eleitos nos municípios, 11,7% nas eleições do ano de 2004, é menos que proporcional à proporção de negros no município, 12,53% na amostra.

Como apresentado na Tabela 1, coluna 1, regredimos a proporção de candidatos negros na proporção de negros da população para verificar se, controlando para os demais fatores do município que podem afetar nessa proporção de candidatos, uma variação na composição racial da população afeta proporcionalmente a composição racial da câmara de vereadores e da prefeitura.

Observamos, portanto, que essa variação é menor que um, ou seja, para cada 1% a mais de negros na população, temos uma variação de 0,95% na proporção de representantes negros. Apesar dessa variação ser menos que proporcional, ela está muito próxima a 1%, indicando assim que a proporção de candidatos negros é muito próxima à proporção de negros no município.

O grave problema da não-representação política de negros, portanto, está no fato de que uma proporção muito baixa de negros é eleita pela população. Na coluna 2 da Tabela 1, vemos que, para a dada amostra de municípios, a proporção de negros eleitos é de 76% dada a proporção de negros nos municípios.

Na coluna 3, controla-se a regressão para a proporção de candidatos negros na eleição para checar se este efeito positivo observado na coluna 2 vem da maior proporção de candidatos, e também se existe algum tipo de identificação de grupo que aumente a proporção de negros eleitos em municípios com maior população negra.

Observa-se, portanto, que a proporção de negros eleitos é menos que proporcional à proporção de candidatos negros - um aumento de 1% na proporção de candidatos negros leva a um aumento de apenas 0,61% nos eleitos - e também que a população de raça negra no município não possui nenhum efeito estatisticamente significativo sobre a proporção de negros eleitos. Indicando, assim, uma sub-representação dos negros dentre os prefeitos e vereadores do estado da Bahia.

Nas colunas 4 e 5, observa-se a sub-representação política dos negros na proporção de votos a candidatos negros. Controlando para as demais características do município, a proporção de negros no município não possui efeito significativo sobre a proporção de votos a candidatos negros (coluna 4).

Já a proporção de candidatos negros aumenta em 0,87% a de votos a negros. E controlando para essa proporção de candidatos, o coeficiente de negros no município se torna até negativo, porém não significativo, indicando que o aumento da população negra no município não possui efeito sobre a proporção de votos a candidatos negros além do aumento causado pela proporção de candidatos negros.

Verificada a falta de representatividade política da raça negra, a motivação principal deste trabalho é entender se esta sub-representação é realmente causada por fatores sociais que mantêm uma situação em que negros são menos favorecidos socialmente e isto diminui a possibilidade de eleição de um representante negro ou se existe uma discriminação por parte dos eleitores que advenha unicamente de racismo.

O reconhecimento da ocorrência de discriminação nas eleições, mesmo que tal discriminação ocorra sob o aparato democrático, é de extrema importância para uma reflexão sobre o atual processo eleitoral brasileiro e sobre possíveis mudanças capazes de pôr fim ao racismo nas eleições.

Tal reconhecimento se torna ainda mais importante com a possibilidade de manipulação da discriminação nas urnas através de políticas afirmativas⁴, como uma maior exposição a representantes negros, como encontrado por Beaman et. al. (2008) para a discriminação contra mulheres nas eleições, e diversas outras mudanças nas características dos ambientes de tomada de decisão.

⁴ Essa possibilidade se torna ainda mais importante com o estudo de discriminação implícita (não-intencional), e da também possibilidade de manipulação da mesma, como mostrado por Bertrand, Chugh and Mullainathan (2005).

3. Literatura

As características econômicas e políticas dos candidatos, somente, não são capazes de explicar todas as variações nas escolhas pelos eleitores. Em geral, as características físicas dos candidatos possuem grande influência nestas escolhas. Benjamin e Shapiro (2006) encontram, ao realizar um experimento mostrando um vídeo silencioso de dez segundos de debate entre candidatos para os participantes, que a capacidade de predição dos participantes sobre o resultado real das eleições é significativa apenas com a observação do vídeo mostrado. E que tal poder de predição diminui conforme o nível de informação dos participantes sobre tais candidatos aumenta. Indicando, assim, a importância da aparência física na escolha dos candidatos pelos eleitores e que a escolha baseada apenas nas informações visuais podem ajudar muito na predição dos resultados eleitorais. Tais características mostradas visualmente podem incluir beleza, autoconfiança, cor da pele, dentre diversos outros atributos pessoais que influenciem nos votos dos eleitores.

Leigh e Susilo (2008), ao se utilizarem de papéis de votação com fotos dos candidatos no território norte da Austrália, encontram que mais importante que o efeito da beleza dos candidatos sobre os resultados da eleição é a cor da pele dos mesmos. Tais efeitos da cor da pele dependem, segundo os autores, da população local. Em locais com maior população indígena candidatos com pele escura têm maior vantagem nos resultados eleitorais, em contraste com locais de menor população indígena, onde os candidatos brancos são mais favorecidos.

Os resultados encontrados por Leigh e Susilo (2008) indicam que beleza é uma característica chamada “universalmente desejável”⁵ e que cor da pele é uma característica que depende do eleitor⁶, ou seja, é desejável apenas por aqueles que possuem tal característica. Contudo, não se sabe se tais resultados indicam que a cor da pele é utilizada

⁵ *Universally liked*

⁶ *Voter dependent*

como um indicador do posicionamento político ou apenas uma identificação de grupo racial⁷.

Ebonya Washington (2006) mostra um aumento de 2 a 3 pontos percentuais no comparecimento às urnas nos EUA quando o candidato democrata é negro, e este efeito é influenciado pela porcentagem relativa de brancos e negros nos distritos. Um fator de possível explicação é novamente que a cor da pele é um indicador do posicionamento político, principalmente porque esse aumento não ocorre para negros republicanos. Contudo, brancos de ambos os partidos tendem a votar menos nos candidatos de seu partido quando estes são negros.

Outro importante paper na literatura de discriminação é o de Bertrand e Mullainathan (2004) o qual indica a existência de tratamento diferenciado por raça no mercado de trabalho americano. Foram enviados currículos fictícios a anúncios de vagas para empregos nas cidades de Chicago e Boston. Os currículos possuíam aleatoriamente nomes tipicamente de pessoas brancas e negras. Os currículos com “nomes brancos” tiveram 50% a mais de respostas que os com nomes tipicamente negros. Além disso, a qualidade do currículo desenhado para a pessoa fictícia negra não influenciou estatisticamente no número de respostas dos empregadores, enquanto que para os candidatos fictícios brancos ocorreu uma variação de 27% no número de respostas dos currículos de baixa para os de alta qualidade.

Uma maneira alternativa de se medir discriminação nos indivíduos é utilizada por Bertrand, Chugh e Mullainathan (2005). O chamado IAT (Implicit Association Test) se utiliza da rapidez de resposta do indivíduo para responder aos estímulos apresentados como uma forma de medir as associações inconscientes que são feitas pelo cérebro da pessoa testada. Dessa forma, é possível medir a chamada discriminação implícita, ou inconsciente, através de uma associação não necessariamente racional entre pessoas negras e sensações ruins. Essa discriminação a negros, contudo, não está necessariamente correlacionada com a chamada discriminação explícita (ou intencional) e, ainda mais interessante, pode ser manipulada. A exposição a personalidades negras admiradas, por exemplo, são capazes de reduzir as discriminações implícitas segundo os autores. Assim como a racionalização da

⁷ Para uma discussão de identificação de grupo racial, ver Benjamin, Choi and Strickland (2008) .

atividade exercida, ou da escolha que está sendo feita, também diminui a possibilidade de ocorrência de discriminação não-intencional.

Beaman et. al. (2008)⁸ também utilizaram o IAT para testar a percepção da população quanto a líderes mulheres em vilarejos da Índia. Através de um experimento natural ocorrido com a implementação de uma política afirmativa de reserva de um terço das cadeiras de administração dos conselhos dos vilarejos para as mulheres, os autores observaram uma maior probabilidade de mulheres se candidatando e se elegendo nos vilarejos que foram selecionados duas vezes a terem representantes mulheres. Tais resultados, segundo os autores, podem estar indicando que preconceito provém de um desconhecimento da capacidade das mulheres como representantes e, portanto, uma maior exposição da população a representantes do sexo feminino diminuem a discriminação.

⁸ Beaman, Chattopadhyay, Duflo, Pande, & Topalova (2008) – “Powerful Women: Does Exposure Reduce Bias?”

4. Base de Dados

Os dados utilizados neste trabalho foram retirados do site do Tribunal Superior Eleitoral⁹ das eleições do ano de 2004 para prefeito e vereador no estado da Bahia. O site divulga uma ficha com as seguintes características dos candidatos: nome, nome para urna eletrônica, número, partido político, coligação, composição da coligação, data de nascimento, sexo, estado civil, ocupação, grau de instrução, nacionalidade, naturalidade, valor máximo de gastos e foto¹⁰ (Figura 1 e 2).

As demais características dos candidatos utilizadas foram: o número de votos que obteve e situação (eleito, não eleito, eleito por média e suplente)¹¹. Características dos municípios retiradas tanto do Ipeadata¹² como do SIDRA¹³ também foram utilizadas neste trabalho, como índices de renda, população e estatísticas do eleitorado¹⁴.

Para as regressões rodadas no nível do município diversas variáveis foram utilizadas para testar quais possuíam melhor poder explicativo das proporções de candidatos negros, votos a negros e de candidatos eleitos negros e foram escolhidas: a renda per capita, o tamanho da população urbana no município, a proporção da população com ensino secundário, um indicador de desigualdade (ineq_2040)¹⁵, e a proporção de eleitores do sexo feminino.

Os dados referentes à raça do indivíduo foram codificados através da análise das fotos nas fichas encontradas no site do TSE. Utilizou-se a divisão do IBGE quanto às raças.

⁹ <http://www.tse.gov.br/>

¹⁰ A base com estas e demais características dos candidatos foram gentilmente cedidas pelo professor orientador Claudio Ferraz.

¹¹ Foram também considerados como eleitos os candidatos classificados como eleitos por média para a criação da dummy “eleito”. Os suplentes foram considerados não-eleitos.

¹² <http://www.ipeadata.gov.br/>

¹³ <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

¹⁴ Os dados de características dos municípios também foram doados pelo professor Claudio Ferraz.

¹⁵ O ineq_2040 consiste na divisão da renda dos 20% mais ricos pelos 40% mais pobres da população. Possuindo, portanto, valor maior em municípios com maior desigualdade. Nas regressões, este indicador foi dividido por mil para facilitar a análise dos coeficientes.

Os candidatos estão divididos, portanto, entre: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. A Tabela 2 mostra as médias das características divididas por raça.

As três últimas colunas da Tabela 2 apresentam as diferenças, com seus respectivos erros padrões, entre as médias de votos, gastos de campanha e anos de estudos dentre as raças. Observa-se que as médias das três variáveis são maiores para candidatos brancos. Em relação a negros, candidatos brancos recebem em média 302,5 mais votos, gastam 5.480,46 a mais na campanha e possuem 1,02 mais anos de estudo. A média dessas variáveis também é significativamente maior para brancos quando comparados aos pardos. Na coluna 7 observamos que tais médias são menores para candidatos negros quando comparados aos pardos, e essa diferença é estatisticamente significativa para os votos recebidos e os anos de estudo.

A definição da cor parda caracteriza, originalmente, afro-descendentes não-negros. Contudo, como a caracterização da cor ou raça pelo IBGE é por autodenominação do indivíduo, muitas vezes são inclusos nesse grupo indivíduos de origem indígena. Portanto, para que se mantivesse próximo à caracterização do IBGE, foram considerados pardos na codificação os candidatos claramente não-brancos e não-amarelos, que podem ter tanto descendência africana quanto indígena, mas não se encaixam especificamente nesses grupos.

Um possível viés ocorrido na codificação das fotos das fichas do TSE é o de superestimar a proporção de candidatos negros. Como a codificação foi feita apenas por pessoas brancas, é possível que a decisão de casos dúbios tenha sido baseada pelo estereótipo de uma pessoa negra, uma vez que as fotos estão em branco e preto. E, portanto, candidatos que não se consideram negros (e então não são considerados negros pela classificação do IBGE) podem ter sido codificados como negros, superestimando assim a proporção de candidatos negros.

Contudo, como uma superestimação da proporção de candidatos negros também superestimaria a proporção de eleitos e de votos a negros, o fato de se estar possivelmente superestimando a proporção de candidatos negros indicaria que negros são ainda menos representados politicamente do que mostrado.

Por caracterizar originalmente afro-descendentes, a população de cor parda é muitas vezes somada à população negra para a decisão de políticas públicas referentes à raça¹⁶. Mostrarei, portanto, alguns dos resultados também para a soma da população negra e parda.

A Bahia é o Estado brasileiro que possui maior proporção de população negra e, portanto, foi escolhido com o objetivo de ganhar maior variação nos dados de raça dentre os candidatos. Sessenta e quatro municípios foram codificados por ordem alfabética. Com o objetivo de verificar se a amostra é aleatória e, portanto, representativa do restante do Estado, foram comparadas as características básicas dos municípios da amostra com as dos demais municípios da Bahia.

São apresentadas na Tabela 3 todas as características comparadas por teste t. Em média, os municípios da amostra são mais pobres, com menor população urbana, menos educados e mais desiguais que o resto do Estado da Bahia. Sendo todas essas diferenças estatisticamente significativas a um 1%.

Também foram comparadas a proporção de mulheres no eleitorado e a educação dos eleitores dos municípios da amostra com a média de outros Estados em diferentes Regiões do Brasil e verificou-se que a proporção de mulheres no eleitorado é menor na amostra e a educação do eleitor médio é estatisticamente igual à de outros Estados no Brasil.

As eleições ocorridas no ano de 2004 foram para a escolha de prefeitos e vereadores. Como a amostra se restringe a 64 municípios, onde apenas um prefeito é eleito e existem no máximo 5 candidatos, a amostra de prefeitos é muito pequena com apenas 171 observações com apenas 12 candidatos negros à prefeitura e 5 candidatos negros eleitos. Os resultados para prefeitos, que se mostram em geral não-significativos, foram interpretados, portanto, como não havendo variação suficiente para se tirar uma conclusão. Já para vereadores, temos 3377 observações, com 649 candidatos negros e 63 negros eleitos, valor que se mostrou suficiente para se tirar conclusões sobre os resultados no nível individual.

¹⁶ Tendendo, assim, a superestimar a população negra no Brasil.

5. Metodologia e Resultados

Como mostrado anteriormente, os negros são politicamente sub-representados no Brasil. Ou seja, a proporção de indivíduos negros exercendo cargos políticos é menor que a proporção de negros nos municípios.

Com o objetivo de comprovar tal sub-representação, verificamos a variação da proporção de candidatos a prefeito e vereador negros em relação à variação na proporção de negros no município, controlando para outras características do município. E, além disso, como a proporção de candidatos eleitos negros e de votos a esses candidatos varia quando variamos as proporções de cidadãos e de candidatos negros no município.

As equações estimadas para verificar a não-representação política dos negros foram três. Na coluna 1 da Tabela 1 foi estimada a seguinte equação:

$$\begin{aligned} \% \text{ de candidatos negros}_m = & \alpha + \beta_1 * \% \text{ de negros no município}_m + \beta_2 * \text{Renda per} \\ & \text{capita}_m + \beta_3 * \% \text{ da população urbana}_m + \beta_4 * \% \text{ da população com ensino} \\ & \text{secundário}_m + \beta_5 * \text{Indicador de desigualdade}_m + \beta_6 * \% \text{ de mulheres no eleitorado}_m \\ & + \varepsilon_m \end{aligned}$$

Verificou-se que a composição racial da população explica 94,6% da proporção de candidatos negros no município. Além disso, locais com maior renda per capita apresentaram, nesta amostra, menor proporção de candidatos negros. E locais com maior proporção da população com ensino secundário, mais candidatos negros. As outras variáveis não tiveram efeito significativo.

Nas colunas 2 e 3, foram estimadas as seguintes regressões, respectivamente:

$$\begin{aligned} \% \text{ de negros eleitos}_m = & \alpha + \beta_1 * \% \text{ de negros no município}_m + \beta_2 * \text{Renda per} \\ & \text{capita}_m + \beta_3 * \% \text{ da população urbana}_m + \beta_4 * \% \text{ da população com ensino} \\ & \text{secundário}_m + \beta_5 * \text{Indicador de desigualdade}_m + \beta_6 * \% \text{ de mulheres no eleitorado}_m \\ & + \varepsilon_m \end{aligned}$$

E, na coluna 3, controlando para a proporção de candidatos negros no município:

$$\% \text{ de negros eleitos}_m = \alpha + \beta_1 * \% \text{ de negros no município}_m + \beta_2 * \% \text{ de candidatos negros}_m + \beta_3 * \text{Renda per capita}_m + \beta_4 * \% \text{ da população urbana}_m + \beta_5 * \% \text{ da população com ensino secundário}_m + \beta_6 * \text{Indicador de desigualdade}_m + \beta_7 * \% \text{ de mulheres no eleitorado}_m + \varepsilon_m$$

Como mostrado pela tabela, uma maior proporção de negros no município leva a um aumento na proporção de negros eleitos, porém esse aumento é de apenas 0,67. E quando essa regressão é controlada para a proporção de candidatos negros (coluna 3), observamos que a proporção de negros no município passa a não ter mais nenhum efeito significativo sobre a proporção de negros eleitos além do aumento de 0,59 gerado pela proporção de candidatos negros.

Nas últimas duas colunas da Tabela 1 temos como variável dependente a proporção de votos a negros. Na coluna 4 a regressão estimada foi a seguinte:

$$\% \text{ de votos a candidatos negros}_m = \alpha + \beta_1 * \% \text{ de negros no município}_m + \beta_2 * \text{Renda per capita}_m + \beta_3 * \% \text{ da população urbana}_m + \beta_4 * \% \text{ da população com ensino secundário}_m + \beta_5 * \text{Indicador de desigualdade}_m + \beta_6 * \% \text{ de mulheres no eleitorado}_m + \varepsilon_m$$

E na coluna 5, assim como na coluna 3, controlando para a proporção de candidatos negros:

$$\% \text{ de votos a candidatos negros}_m = \alpha + \beta_1 * \% \text{ de negros no município}_m + \beta_2 * \% \text{ de candidatos negros}_m + \beta_3 * \text{Renda per capita}_m + \beta_4 * \% \text{ da população urbana}_m + \beta_5 * \% \text{ da população com ensino secundário}_m + \beta_6 * \text{Indicador de desigualdade}_m + \beta_7 * \% \text{ de mulheres no eleitorado}_m + \varepsilon_m$$

Observamos (coluna 4) que a proporção de negros no município não possui efeito significativo sobre a proporção de votos a negros quando controlamos para as outras características dos municípios. Ao incluir a proporção de candidatos negros (coluna 5) observamos que essa proporção tem um efeito significativo de 86% na proporção de votos a

negros, o que nos diz que o aumento nos votos a negros é menos que proporcional ao aumento na proporção de candidatos negros. E o efeito da proporção de negros no município continua estatisticamente insignificante.

Encontramos ainda (colunas 2 e 4) que quanto maior a renda per capita do município, menor a proporção de negros eleitos e votos a negros, mas este efeito se torna não-significativo quando incluímos a proporção de candidatos negros nas regressões. O tamanho da população urbana mostrou ter um efeito negativo, porém muito pouco significativo sobre a proporção de negros eleitos. Já a proporção da população com ensino secundário apresentou um efeito positivo e significativo sobre a proporção de negros eleitos (colunas 2 e 3). Na proporção de votos a candidatos negros este efeito também é positivo, porém se torna não-significativo quando controlamos para a proporção de candidatos.

Estes coeficientes indicam que quanto mais escolarizada a população, menor é a discriminação política. Contudo, uma maior renda per capita, ou maior população urbana, não gera resultado semelhante. Enfatizando assim a importância da escolaridade do eleitorado sobre a não-discriminação nas urnas.

O indicador de desigualdade do município ($ineq_{2040/1000}$) apresentou efeito negativo e significativo sobre todas as quatro regressões (colunas 2 a 5), indicando que em locais menos desiguais a representação política dos negros é maior. Vemos também, nas colunas 4 e 5, que a proporção de mulheres no eleitorado afeta negativamente a proporção de votos a negros. Apesar desse efeito não ser significativo para a proporção de eleitos, este resultado indica que mulheres tendem a ser mais preconceituosas que homens na escolha de seus representantes.

Como a amostra consiste de municípios com maior desigualdade e menor escolaridade que o resto do Estado, o fato da desigualdade afetar negativamente sobre a proporção de representantes negros e a educação afetar positivamente, estes fatores podem estar subestimando a proporção de votos e de negros eleitos, superestimando assim a não-representação política dos negros. Contudo, a amostra também apresenta menor renda per capita, menor proporção de população urbana e de mulheres no eleitorado, o que, juntamente com o fato dessas três variáveis afetarem negativamente a proporção de votos e

de negros eleitos, tende a superestimar as variáveis dependentes e, portanto, subestimar a não-representação política da raça negra.

Estes fatores citados acima, juntamente com uma possível superestimação da proporção de candidatos negros proveniente da codificação dos dados, podem estar se contrabalançando ou tendendo levemente para algum lado em relação ao resto do Estado da Bahia, e do resto do Brasil. Como não sabemos exatamente se estes resultados estão sendo subestimados ou superestimados em relação ao restante do Estado, será assumido, portanto, que eles são, de certa forma, representativos do Estado da Bahia.

Finalmente, podemos concluir por estes resultados encontrados que negros não só são sub-representados politicamente, mas também que, diferente do que foi encontrado por Leigh e Susilo (2008) na Austrália, não existe uma preferência da população por representantes da mesma raça. Observando que, ao controlarmos pela proporção de candidatos negros, a proporção de negros no município não leva a um aumento estatisticamente significativo sobre a proporção de eleitos ou de votos à raça, percebemos que candidatos negros não são beneficiados em locais com maior população negra. Ou seja, não existe uma identificação de raça no Estado da Bahia que se reflita nas urnas.

Diversas razões podem ser capazes de explicar essa discriminação em relação aos negros encontrada nos resultados acima. Como por exemplo, os negros por razões sociais tiveram menores oportunidades de estudo o que os fazem menos produtivos e, portanto, são menos preparados para governar. Ou o fato do candidato ser negro indica uma inclinação ideológica que é menos preferida pela sociedade. Ou ainda existe outra característica qualquer que é indesejável num representante e comum entre negros, fazendo assim com que eleitores votem menos em candidatos da raça negra¹⁷. Ou, enfim, os eleitores em geral simplesmente têm uma preferência por representantes brancos e, portanto, discriminam candidatos negros nas eleições.

Com o intuito de verificar se a discriminação aos negros nas urnas é uma discriminação estatística ou realmente uma forma de racismo, foram rodadas regressões no

¹⁷ Tais tipos de discriminação são chamados de “discriminação estatística”. Ser membro de um grupo - no caso, da raça negra - indica que o candidato é, por exemplo, menos preparado para governar. E os eleitores votam menos em negros porque eles são menos preparados e não porque os eleitores são racistas.

nível individual dos candidatos controlando para as demais características destes mesmos que podem influenciar na decisão dos eleitores.

Dessa forma, para candidatos estatisticamente iguais (com o mesmo gasto de campanha, mesmo sexo, mesma idade, mesma escolaridade, mesmo município, mesmo partido e mesma ocupação) verificou-se se os candidatos negros receberam menos votos. Ou seja, se apenas o fato do candidato ser negro influencia na quantidade de votos que ele recebe. Para tanto foi rodada a seguinte regressão:

$$\text{Log(votos)}_{im} = \alpha + \beta_1 * \text{Negro}_{im} + \beta_2 * \log(\text{gasto})_{im} + \beta_3 * \text{Homem}_{im} + \beta_4 * \text{Idade}_{im} + \beta_5 * \text{Anos de Estudo}_{im} + \sum_j \gamma_j * \text{Partido}_{jim} + \sum_k \eta_k * \text{Ocupação}_{kim} + \pi_m + \varepsilon_{im}$$

As variáveis “Negro” e “Homem” são variáveis dummy que assumem o valor zero quando o candidato não é negro e quando é do sexo feminino, respectivamente, e valor um caso contrário. Assim como as variáveis de partido e ocupação, as quais possuem uma variável dummy para cada partido e tipo de ocupação¹⁸. Ou seja, sempre que um candidato *i* pertença a um partido *j*, por exemplo, a dummy desse partido *j* assumirá o valor um e todas as outras dummies de partido assumirão valor zero¹⁹.

A variável “Anos de Estudo” assume valores específicos conforme o grau de escolaridade do candidato. Ou seja, um candidato que possua o ensino fundamental completo, por exemplo, será considerado como tendo oito anos de estudo e outro com ensino fundamental incompleto como tendo cinco anos de estudo.

As variáveis de quantidade de votos e gasto de campanha foram regredidas em log devido às diferenças nas ordens de grandeza²⁰. As observações que apresentaram gastos de campanha acima de R\$ 400.000,00 foram retiradas da amostra para evitar outliers e erros de digitação.

¹⁸ Exceto um, para que não ocorra colinearidade perfeita entre as variáveis dummy.

¹⁹ Como essa regressão é rodada no nível individual, cada observação *i* indica um candidato, com todas suas características e seu município *m*. A regressão foi então controlada para os efeitos fixos do município, através de π_m .

²⁰ E para facilitar a interpretação.

Na Tabela 4 observamos os resultados para vereadores²¹. Na coluna 1 a regressão não é controlada para município, partido e nem ocupação. Na segunda coluna controla-se apenas para o município do candidato, na terceira para o município e o partido e na coluna 4 controla-se para município, partido e ocupação – além de gasto de campanha, sexo, idade e anos de estudo, para as quais todas as regressões são controladas.

Como dito anteriormente, os eleitores podem estar deixando de votar nos candidatos negros devido à menor escolaridade associada à raça negra. E, portanto, ao controlarmos para os anos de estudo dos candidatos, este argumento deixa de ser válido. Ou candidatos negros podem indicar uma inclinação ideológica que é menos preferida pela maioria dos eleitores, e por isso controlamos a regressão para o partido do candidato (que pode ser considerada uma boa proxy para a inclinação ideológica do candidato), invalidando este segundo argumento. Ou ainda indivíduos negros tendem a possuir um menor status na sociedade e eleitores consideram o status do indivíduo como uma característica desejável para um bom governante. Para tanto, a regressão foi controlada para a ocupação do candidato, uma vez que um médico, por exemplo, possui em geral maior status na sociedade que um faxineiro e assim a ocupação pode ser considerada uma boa proxy para o status do indivíduo²².

Dessa forma, observamos (Tabela 4, coluna 4) que entre candidatos a vereador com o mesmo gasto de campanha, o mesmo sexo, mesma idade, mesma escolaridade, mesmo município, mesma inclinação ideológica e mesmo status, os candidatos negros são 18,2% menos votados. Ou seja, apenas o fato do candidato ser negro faz com que ele receba 18,2% menos votos que um candidato de outra raça.

Observamos também que o aumento em 1% no gasto de campanha gera um aumento de 10,9% nos votos dos candidatos, que o fato do candidato ser do sexo masculino aumenta em 54,5% os votos recebidos e que um ano a mais de estudo leva a 3,2% a mais de

²¹ A mesma regressão foi rodada para a soma de prefeitos e vereadores e os efeitos encontrados são semelhantes aos mostrados na Tabela 4 e significativos a 1%.

²² A ocupação do candidato pode ser considerada também uma proxy para a renda do candidato. Uma vez que ocupações semelhantes possuem em geral rendas semelhantes num mesmo município.

votos para o vereador. Sendo todos esses resultados significativos a 1%. Apenas a idade dos candidatos não teve nenhum efeito significativo sobre os resultados.

Para efeitos de política pública, muitas vezes é utilizada como definição de raça negra a soma da raça negra e parda. Foi rodada, portanto, uma regressão com a soma de negros e pardos como variável independente e uma com uma dummy para negro e outra para pardo separadamente. Os resultados encontram-se na Tabela 5.

Na coluna 2 da Tabela 5, observamos que apenas o fato do candidato a vereador ser negro ou pardo faz com que este receba 18,4% menos votos que um candidato não-negro e não-pardo. E quando controlamos, separadamente, para o fato de o candidato ser pardo (coluna 3), o efeito da raça negra aumenta para 25,3% a menos sobre os votos. E o fato do candidato ser pardo diminui a quantidade de votos em 14,9%.

Ou seja, candidatos negros e pardos são menos votados que candidatos brancos²³. E candidatos negros são ainda menos votados que candidatos pardos. Separando o efeito da raça parda e da raça negra sobre os votos a candidatos negros nos mostra que o fato da raça do candidato ser negra faz com que este receba 25,3% menos votos que os demais candidatos. Efeito maior que o encontrado anteriormente.

Todas as três regressões da Tabela 5 estão controlando para todas as características dos candidatos, inclusive para o município, partido e ocupação destes. Os efeitos das demais variáveis, como gasto de campanha, sexo e escolaridade, são semelhantes aos encontrados anteriormente. E todos estes efeitos são significantes a 1%.

Ao observar o alto efeito do sexo sobre os votos, foi feita uma interação da variável de raça com a variável de sexo para verificar se o fato do candidato ser do sexo feminino e negro tem um efeito específico sobre os votos além do efeito do sexo e da raça já encontrados. A regressão rodada foi a seguinte:

$$\begin{aligned} \text{Log(votos)}_{im} = & \alpha + \beta_1 * \text{Negro}_{im} + \beta_2 * \text{Mulher}_{im} + \beta_3 * (\text{Negro} * \text{Mulher})_{im} \\ & + \beta_4 * \log(\text{gasto})_{im} + \beta_5 * \text{Idade}_{im} + \beta_6 * \text{Anos de Estudo}_{im} + \sum_j \gamma_j * \text{Partido}_{jim} + \sum_k \\ & \eta_k * \text{Ocupação}_{kim} + \pi_m + \varepsilon_{im} \end{aligned}$$

²³ Temos apenas 4 observações de candidatos indígenas e nenhuma observação de candidatos de raça amarela na amostra.

Os resultados encontram-se na Tabela 6²⁴.

Nas três regressões (colunas 1, 2 e 3) observamos que a variável de interação da raça negra com o sexo feminino possuem o coeficiente com sinal negativo porém não significativo, indicando que fato do candidato ser mulher e negra não influencia especificamente nos votos para além do efeito negativo que a raça negra e o sexo feminino por si só já geram nos votos.

Quando existe uma variável de interação como neste caso, a interpretação para um indivíduo que pertence aos dois grupos vem da soma dos coeficientes das variáveis dummy com o coeficiente da interação. Portanto, uma candidata mulher e negra recebe 36,8% menos votos que um candidato homem e não-negro (controlando para todas as dummies de município, partido e ocupação) apesar de, como dito, a variável de interação ter se mostrado não-significativa.

Considerando o resultado encontrado em relação à proporção de negros na população não possuir nenhum efeito significativo sobre a proporção de votos a negros no nível municipal, foram também rodadas regressões no nível individual controlando para a proporção de negros no município. Para então confirmar se em municípios onde essa proporção é maior, os negros realmente não são beneficiados na urna²⁵.

Os resultados das regressões de votos a vereadores controlando para a proporção de negros no município nos votos de cada candidato e também para uma interação entre essa proporção e a dummy de raça negra estão apresentadas na Tabela 7²⁶. A regressão rodada para a estimação destes resultados foi a seguinte:

²⁴ A variável mulher é exatamente o inverso da variável homem, ou seja, uma dummy que assume valor 1 quando o candidato pertence ao sexo feminino e zero caso contrário.

²⁵ Foi também feita uma dummy indicando se o “nome na urna” do candidato fazia referência à raça ou não. Por haver muito pouca variação devido ao tamanho da amostra, não foi possível obter nenhum resultado. Fica assim para trabalho futuro verificar se a referência à raça no nome da urna implica em um ganho de votos. E ver isso especificamente para a raça negra.

²⁶ Também foram rodadas regressões semelhantes para negros e pardos em conjunto, e separadamente, mas nenhum resultado diferente do mostrado foi encontrado.

$$\begin{aligned} \text{Log(votos)}_i = & \alpha + \beta_1 * \text{Negro}_i + \beta_2 * \% \text{ de Negros no Município}_i \\ & + \beta_3 * (\text{Negros} * \% \text{ de Negros no Município})_i + \beta_4 * \log(\text{gasto})_i + \beta_5 * \text{Homem}_i \\ & + \beta_6 * \text{Idade}_i + \beta_7 * \text{Anos de Estudo}_i + \sum_j \gamma_j * \text{Partido}_{ji} + \sum_k \eta_k * \text{Ocupação}_{ki} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

O efeito fixo de município foi retirado da regressão pois, ao controlarmos para a proporção de negros no município, este efeito já está sendo controlado.

Apesar da proporção de negros no município possuir coeficientes negativos, os coeficientes da variável de interação são todos não-significativos, apesar de possuírem sinal positivo. Como a média da proporção de negros nos municípios da amostra é de 12,53%, os coeficientes indicam que um candidato negro, num município com maior proporção de população negra, ainda assim recebem menos votos que um candidato não-negro. O resultado da terceira coluna, por exemplo, diz que um candidato negro num município com proporção média de negros recebe 20,14% menos votos que um candidato não-negro.

Outra maneira utilizada para confirmar tal resultado de não-identificação de grupo racial que se reflita nas urnas foi rodando uma regressão apenas para candidatos negros e observando se a proporção de negros no município influencia na proporção de votos ao candidato negro²⁷. A seguinte regressão foi rodada apenas para candidatos negros e os resultados encontram-se na Tabela 8:

$$\begin{aligned} \% \text{ de votos ao candidato} * 10_i = & \alpha + \beta_1 * \% \text{ de negros no município}_i \\ & + \beta_2 * \log(\text{gasto})_i + \beta_3 * \text{Homem}_i + \beta_4 * \text{Idade}_i + \beta_5 * \text{Anos de Estudo}_i \\ & + \sum_j \gamma_j * \text{Partido}_{ji} + \sum_k \eta_k * \text{Ocupação}_{ki} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

A partir dessa equação é possível ver se, controlando para as demais características do candidato que podem afetar na proporção de votos que ele recebe, a proporção de negros no município que ele pertence influencia nos votos que ele (candidato negro) recebe.

Conforme apresentado na Tabela 8, a proporção de negros no município influencia negativamente sobre a proporção de votos aos candidatos negros. Porém, a composição racial do município se torna não-significativa quando a regressão é controlada para o efeito

²⁷ A variável de proporção de votos do candidato foi criada pela divisão dos votos que o candidato recebeu pelo total de votos no município.

fixo de ocupação do candidato. As outras variáveis dependentes continuam tendo efeito positivo e significativo sobre a proporção de votos a candidatos negros.

A proporção de votos ao candidato foi multiplicada por 10 para diminuir o número de zeros nos coeficientes e facilitar a interpretação. Utilizou-se a proporção de votos que o candidato recebeu dentro do total de votos no município com o intuito de evitar comparações erradas entre candidatos negros de municípios com tamanho, e tamanho do eleitorado, diferentes.

A proporção de negros no município não se mostra, dessa forma, um fator que influencie positivamente nos votos a candidatos negros. Contra-intuitivamente, uma maior proporção de negros no município influencia negativamente sobre o número de votos a candidatos da mesma raça, influência essa que não é estatisticamente significativa ao se controlar para todas as variáveis dependentes²⁸. Indicando, por meio destes resultados, que eleitores negros também discriminam candidatos negros nas urnas. E que essa discriminação de negros para negros chega até a ser levemente maior que a discriminação de brancos para negros.

Mostrando, portanto, que mesmo em locais onde a população possui grande proporção de negros, estes não são mais favorecidos nas urnas e continuam sendo fortemente discriminados politicamente.

²⁸ O coeficiente da proporção de negros no município apresentado na coluna 3 da Tabela 8 possui nível de significância de 16%.

6. Conclusão

Atentando para a enorme diversidade racial existente no Brasil e para o seu passado histórico, devemos nos preocupar se a questão racial foi um problema já vencido pelos brasileiros e se o preconceito hoje existente no país é realmente apenas social, como muitos afirmam, ou se diversas questões raciais ainda existentes se ocultam em argumentos de discriminação social.

Foram analisadas nesta monografia as eleições ocorridas no ano de 2004 para prefeito e vereador do Estado da Bahia. Utilizou-se uma amostra de 64 municípios, com 3.548 observações – 171 prefeitos e 3.377 vereadores.

Verificou-se, através da análise dos dados no nível municipal, uma sub-representação política da população negra no Estado. Observamos (Tabela 1) que, apesar da variação na proporção de candidatos negros no município ser muito próxima à variação na proporção da população negra – de 0,95% quando a proporção da população negra varia em 1% - a proporção de candidatos negros eleitos encontra-se bem abaixo da proporção dessa população negra, e o mesmo ocorre para a proporção de votos a candidatos negros.

Encontrou-se ainda que a proporção de negros no município se torna insignificante quando controlamos a regressão para a proporção de candidatos negros no município. Indicando assim que negros não são mais favorecidos, ou menos prejudicados, politicamente do que não-negros em locais onde a população negra é mais presente.

Dos fatores municipais que influenciam nessa sub-representação encontrou-se que uma maior educação da população influencia positivamente na proporção de negros eleitos. Assim como uma menor desigualdade social. Encontrou-se também que uma maior proporção de mulheres no eleitorado leva a uma diminuição na proporção de votos a candidatos negros, indicando uma maior discriminação por parte do sexo feminino.

Analisou-se, portanto, se tal discriminação podia ser explicada, no nível do candidato, por um menor nível de escolaridade, filiação partidária, ou qualquer outra característica menos preferida pela sociedade que seja típica de candidatos negros e que esta menor preferência por tais características se refletisse em menos votos aos candidatos de tal grupo racial.

Observamos (Tabela 4) que candidatos a vereador negros recebem 18,2% menos votos que os demais candidatos controlando para outras características dos candidatos, inclusive o município a que pertence, o partido e a ocupação. Ou seja, dentre candidatos estatisticamente iguais, os negros são 18,2% menos votados devido apenas à sua raça. Encontramos também (Tabela 4) que o sexo do candidato possui grande influência na decisão de voto dos eleitores; candidatas mulheres recebem 54,5% menos votos que candidatos do sexo masculino.

Não somente os negros, mas também os candidatos pardos mostraram ser prejudicados nas urnas pela discriminação, apesar de em menor escala que candidatos negros (Tabela 5). Candidatos negros e pardos somados recebem 18,4% menos votos que candidatos brancos. E candidatos pardos, separadamente, recebem 14,9% menos votos, enquanto que negros, quando separados dos pardos, recebem 25,3% menos votos.

Tais resultados em relação aos pardos explicam, por exemplo, a existência de políticas afirmativas a indivíduos de “origem africana”, o que abrange indivíduos de raça negra e parda. Uma vez que ambas as raças são sub-representadas e discriminadas politicamente.

Verificou-se, enfim, se no nível individual a proporção de negros no município influencia na discriminação a candidatos negros. E, como mostrado nas Tabelas 7 e 8, mesmo em municípios onde existe uma maior população negra, candidatos negros são discriminados. Indicando assim um não-favorecimento da população negra a candidatos negros e uma também discriminação de eleitores negros para candidatos a prefeitura e à câmara negros. Resultado este que se difere do encontrado em outros países, onde candidatos negros são favorecidos em locais com população mais escura.

Conclui-se, portanto, que a população brasileira, em particular o eleitorado baiano, é racista. Apesar de a Bahia possuir a maior população negra no Brasil, os negros neste Estado não são proporcionalmente representados politicamente. E, ainda mais relevante, essa discriminação é explicada apenas pela raça do candidato, ou seja, dentre candidatos igualmente preparados, os eleitores baianos preferem os brancos.

Com a possibilidade de reversão desse quadro através de maior exposição da população a indivíduos negros admirados, como mostrado por Bertrand, Chugh e

Mullainathan (2005), ou através de políticas afirmativas de cotas para representantes negros, semelhante ao encontrado por Beaman et. al. (2008) na Índia com mulheres, estes resultados se tornam ainda mais relevantes e a base para uma discussão mais séria sobre o assunto.

7. Referências Bibliográficas

- [1]. BEAMAN, Lori; Chattopadhyay, Raghendra; Duflo, Esther; Pande, Rohini; Topalova, Petia. **Powerful Women: Does Exposure Reduce Bias?** MIT Department of Economics Working Paper No. 08-14. August 1, 2008
- [2]. BENJAMIN, Daniel J. and Shapiro, Jesse M. **Thin-Slice Forecasts of Gubernatorial Elections.** NBER Working Papers. October 23, 2006.
- [3]. BENJAMIN, Daniel J.; Choi, James J.; Strickland, A. Joshua. **Social Identity and Preferences.** NBER Working Paper. April 13, 2008.
- [4]. BERTRAND, Marianne; Chugh, Dolly and Mullainathan, Sendhil. **Implicit Discrimination.** American Economic Review, 2005.
- [5]. BERTRAND, Marianne and Mullainathan, Sendhil. **Are Emily and Greg More Employable than Lakisha and Jamal? A Field Experiment on Labor Market Discrimination.** National Bureau of Economic Review. June 20, 2004.
- [6]. Censo Demográfico: Site IBGE
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm
- [7]. LEIGH, Andrew and Susilo, Tirta. **Is Voting Skin-Deep? Estimating the Effect of Candidate Ballot Photographs on Election Outcomes.** The Australian National University. Centre for Economic Policy Research. Discussion Paper, July, 2008.
- [8]. Sistema IBGE de Recuperação Automática: SIDRA
<http://www.sidra.ibge.gov.br>
- [9]. Divulgação de Candidatos: Site TSE

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/normas_2004/divulgacao_cand.htm

[10]. WASHINGTON, Ebonya. **How black candidates affect voter turnout.** Quarterly Journal of Economics. August, 2006.

Tabela 1: Não representação dos negros

	% de candidatos negros	% de negros eleitos	% de negros eleitos	% de votos a negros	% de votos a negros
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]
% de negros no município	0.946 [0.238]***	0.764 [0.304]**	0.184 [0.247]	0.461 [0.283]	-0.36 [0.251]
% de candidatos negros			0.613 [0.137]***		0.868 [0.219]***
Características dos municípios:					
Renda per capita	-0.002 [0.001]***	-0.002 [0.001]***	-0.001 [0.001]	-0.002 [0.001]**	0 [0.001]
Proporção da população urbana	0.022 [0.084]	-0.133 [0.077]*	-0.146 [0.074]*	-0.046 [0.075]	-0.065 [0.069]
Proporção da população com ensino secundário	0.01 [0.004]***	0.012 [0.004]***	0.006 [0.004]*	0.009 [0.004]**	0.001 [0.004]
Indicador de desigualdade (Ineq_2040/1000)	-0.086 [0.100]	-0.374 [0.092]***	-0.322 [0.062]***	-0.223 [0.112]*	-0.148 [0.073]**
Proporção de mulheres dentre os eleitores	-0.169 [0.128]	-0.105 [0.110]	-0.001 [0.094]	-0.348 [0.161]**	-0.201 [0.089]**
Observações	64	64	64	64	64
R ²	0.42	0.35	0.58	0.21	0.6

Erros padrões robustos em parênteses

* significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%

Tabela 2: Características dos candidatos divididas por raça

Características	Branco [1]	Negro [2]	Pardo [3]	Total [4]	Diff	Diff	Diff
					Mean(Branco) - Mean(Negro) [5]	Mean(Branco) - Mean(Pardo) [6]	Mean(Negro) - Mean(Pardo) [7]
(Média por candidato):							
Votos	494.25	191.75	265.03	360.35	302.50 [54.84]***	229.21 [42.34]***	-73.28 [29.69]**
Gasto na campanha	16503.08	11022.61	11356.52	13733.18	5480.46 [1521.70]***	5146.557 [1149.31]***	-333.90 [1093.82]
Anos de estudo	8.80	7.78	8.54	8.53	1.02 [0.18]***	0.26 [0.15]*	-0.76 [0.18]***
Partido:							
PSDB	0.06	0.05	0.05	0.05			
PT	0.09	0.13	0.09	0.10			
PFL	0.17	0.13	0.14	0.15			
Ocupação:							
Agricultor	0.20	0.19	0.18	0.19			
Comerciante	0.13	0.10	0.10	0.12			
Professor de primeiro e segundo grau	0.08	0.09	0.10	0.09			
Servidor público municipal	0.06	0.06	0.06	0.06			
Sexo Masculino	0.85	0.79	0.77	0.81			
Número de candidatos	1689	661	1194	3544			

Erros padrões robustos em parênteses

* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%

Tabela 3: Comparação entre municípios da amostra e demais municípios da Bahia

Características dos Municípios:	Média da Amostra	Média dos Demais municípios	Diff
	[1]	[2]	[3]
Índice de Gini (Ipea)	0.58	0.59	0.01 [0.001]***
PIB per capita	3229.29	6605.54	3376.25 [386.64]***
Energia Doméstica	70.62	76.40	5.78 [0.31]***
% da População Urbana	0.49	0.56	0.07 [0.0041]***
Renda per capita	95.02	113.47	18.44 [1.01]***
% da População com Educação Primária	34.76	39.39	4.64 [0.26]***
% da População com Educação Secundária	14.31	17.39	3.07 [0.19]***
Índice de desigualdade (ineq_1040)	33.80	25.89	-7.91 [0.52]***
Índice de desigualdade (ineq_2040)	23.26	17.36	-5.89 [0.37]***
Número de Observações:	3548	22520	

Erros padrões robustos em parênteses

* significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%

Tabela 4: Votos a vereadores negros

	Log (votos)	Log (votos)	Log (votos)	Log (votos)
	[1]	[2]	[3]	[4]
Negro	-0.396 [0.058]***	-0.254 [0.058]***	-0.189 [0.057]***	-0.182 [0.058]***
Características dos candidatos:				
Log (gasto na campanha)	0.14 [0.025]***	0.089 [0.030]***	0.14 [0.031]***	0.109 [0.031]***
Homem	0.609 [0.066]***	0.591 [0.065]***	0.585 [0.064]***	0.545 [0.069]***
Idade	0.009 [0.002]***	0.006 [0.002]***	0.002 [0.002]	-0.003 [0.002]
Anos de estudo	0.047 [0.006]***	0.041 [0.007]***	0.048 [0.007]***	0.032 [0.008]***
Município	Não	Sim	Sim	Sim
Partido	Não	Não	Sim	Sim
Ocupação	Não	Não	Não	Sim
Observações	3012	3012	3012	3012
R ²	0.07	0.19	0.25	0.31

Erros padrões robustos em parênteses

* significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%

Tabela 5: Votos a vereadores negros, negros+pardos e pardos

	Log(votos)	Log(votos)	Log(votos)
	[1]	[2]	[3]
Negro	-0.182 [0.058]***		-0.253 [0.063]***
Negro ou Pardo		-0.184 [0.046]***	
Pardo			-0.149 [0.051]***
Características dos candidatos:			
Log(gasto na campanha)	0.109 [0.031]***	0.108 [0.032]***	0.108 [0.031]***
Homem	0.545 [0.069]***	0.53 [0.070]***	0.53 [0.070]***
Idade	-0.003 [0.002]	-0.003 [0.002]	-0.003 [0.002]
Anos de estudo	0.032 [0.008]***	0.032 [0.008]***	0.031 [0.008]***
Município	Sim	Sim	Sim
Partido	Sim	Sim	Sim
Ocupação	Sim	Sim	Sim
Observações	3012	3012	3012
R^2	0.31	0.31	0.31

Erros padrões robustos em parênteses

* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%

Tabela 6: Votos a mulheres

	Log(votos)	Log(votos)	Log(votos)
	[1]	[2]	[3]
Negro	-0.239 [0.067]***	-0.164 [0.066]**	-0.152 [0.068]**
Mulher	-0.57 [0.077]***	-0.567 [0.075]***	-0.521 [0.080]***
Negro * Mulher	-0.232 [0.149]	-0.23 [0.146]	-0.216 [0.150]
Características dos candidatos:			
Log(gasto na campanha)	0.385 [0.031]***	0.424 [0.030]***	0.381 [0.031]***
Idade	0.01 [0.002]***	0.005 [0.002]**	0 [0.003]
Anos de estudo	0.053 [0.007]***	0.06 [0.007]***	0.037 [0.008]***
Município	Sim	Sim	Sim
Partido	Não	Sim	Sim
Ocupação	Não	Não	Sim
Observações	3171	3171	3171
R^2	0.25	0.31	0.36

Erros padrões robustos em parênteses

* significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%

Tabela 7: Proporção de negros não influencia no votos?

	Log(votos)	Log(votos)	Log(votos)
	[1]	[2]	[3]
Negro	-0.354 [0.142]**	-0.224 [0.150]	-0.227 [0.143]
% de negros no município	-3.49 [0.726]***	-3.44 [0.749]***	-3.084 [0.746]***
Negro * % negros no município	0.54 [0.749]	0.069 [0.829]	0.204 [0.778]
Características dos candidatos:			
Log(gasto na campanha)	0.136 [0.046]***	0.163 [0.042]***	0.133 [0.040]***
Homem	0.611 [0.078]***	0.611 [0.080]***	0.547 [0.077]***
Idade	0.009 [0.003]***	0.005 [0.003]*	0 [0.003]
Anos de estudo	0.055 [0.010]***	0.064 [0.009]***	0.049 [0.009]***
Município	Não	Não	Não
Partido	Não	Sim	Sim
Ocupação	Não	Não	Sim
Observações	3012	3012	3012
R^2	0.1	0.16	0.23

Erros padrões robustos em parênteses

* significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%

As regressões possuem cluster no nível do município.

Tabela 8: Apenas com candidatos negros

	% de votos ao candidato ₁	% de votos ao candidato ₁	% de votos ao candidato ₁
	[1]	[2]	[3]
% de negros no município	-0.297 [0.161]*	-0.379 [0.168]**	-0.277 [0.195]
Características dos candidatos:			
Log(gasto na campanha)	0.094 [0.040]**	0.116 [0.044]**	0.11 [0.050]**
Homem	0.08 [0.021]***	0.08 [0.021]***	0.104 [0.035]***
Idade	0.003 [0.001]**	0.002 [0.001]	0.003 [0.002]*
Anos de estudo	0.007 [0.004]*	0.009 [0.004]**	0.007 [0.004]
Município	Não	Não	Não
Partido	Não	Sim	Sim
Ocupação	Não	Não	Sim
Observações	622	622	622
R ²	0.14	0.21	0.31

Erros padrões robustos em parênteses

* significante a 10%; ** significante a 5%; *** significante a 1%

₁ A proporção de votos ao candidato foi multiplicada por 10.

As regressões possuem cluster no nível do município.

Figura 1. Exemplo de ficha do TSE

Eleições 2004 Sistema de Divulgação de Dados de Candidatos	
Candidato(a) a Vereador(a) (ALAGOINHAS - BA)	
Nome:	JOSE RODRIGUES JUNIOR
Nome para urna eletrônica:	NEGAO DA URBIS
Número:	36663
Partido Político:	Partido Trabalhista Cristão
Coligação:	HONESTIDADE, TRABALHO E SOLIDARIEDADE
Composição da Coligação:	PTC / PAN
Data de Nascimento:	21/10/1951
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Solteiro(a)
Ocupação:	APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PUBLICO)
Grau de Instrução:	Médio completo
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	SALVADOR - BA
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 5.000.00
<u>Fechar</u>	
Dados fornecidos pelo candidato no processo de registro de candidaturas. Outras informações, entrar em contato com o cartório eleitoral do município.	



Figura 2. Exemplo de ficha do TSE

Eleições 2004 Sistema de Divulgação de Dados de Candidatos	
Candidato(a) a Vereador(a) (ALAGOINHAS - BA)	
Nome:	MANOEL DE OLIVEIRA
Nome para urna eletrônica:	RUSSO
Número:	15678
Partido Político:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Coligação:	COLIGAÇÃO DOIS DE JULHO
Composição da Coligação:	PMDB / PPS / PV / PC do B
Data de Nascimento:	24/04/1940
Sexo:	Masculino
Estado civil:	Casado(a)
Ocupação:	MOTORISTA DE VEICULOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS
Grau de Instrução:	Médio incompleto
Nacionalidade:	Brasileira nata
Naturalidade:	ALAGOINHAS - BA
Valor Máximo de Gastos:	R\$ 10.000.00

Fechar

Dados fornecidos pelo candidato no processo de registro de candidaturas. Outras informações, entrar em contato com o cartório eleitoral do município.

